



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'K', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Preencha os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 9.

*Com alguma surpresa de quem me escuta, desde há algum tempo venho a dizer que cada vez me interessa menos falar de literatura. Pode parecer isto uma provocação, a atitude do escritor que, para se tornar mais interessante, lança declarações inesperadas e gratuitas. E não é assim. A verdade é que duvido mesmo que se possa falar de literatura como duvido, com mais razões, que se possa falar de pintura ou que se possa falar de música. É claro que se pode falar de tudo, como se fala dos sentimentos e emoções, seria absurdo pretender reduzir ao silêncio aqueles que escrevem, ou aqueles que leem, ou aqueles que sentem, ou aqueles que compõem música ou que pintam ou que esculpem, como se a obra em si mesma já contivesse tudo quanto é possível dizer e que tudo o que vem depois não fosse mais do que interminável glosa. Não é isso. Acontece, no entanto, que por vezes experimento o desejo de limitar-me a uma muda contemplação diante de uma obra acabada, pela consciência que tenho de que, de certa maneira, nos domínios da arte e da literatura estamos lidando com aquilo a que damos o nome de inefável. [...]*

*Quero dizer, não obstante, que antes de começar a escrever sustentava como uma evidência palmária (por outro lado nada original) que somos herdeiros de um tempo, de uma cultura e que, para usar um símile que algumas vezes empreguei, vejo a humanidade como se fosse o mar. Imaginemos por um momento que estamos numa praia: o mar está ali, e continuamente aproxima-se em ondas sucessivas que chegam à costa. Pois bem, essas ondas, que avançam e não poderiam mover-se sem o mar que está por detrás delas, trazem uma pequena franja de espuma que avança em direção à praia onde vão acabar. Penso, continuando a usar esta metáfora marítima, que somos nós a espuma que é transportada nessa onda, essa onda é impelida pelo mar que é o tempo, todo o tempo que ficou atrás, todo o tempo vivido que nos leva e nos empurra. Convertidos numa apoteose de luz e de cor entre o espaço e o mar, somos, os seres humanos, essa espuma branca brilhante, cintilante, que tem uma breve vida, que despede um breve fulgor, gerações e gerações que se vão sucedendo umas às outras transportadas pelo mar que é o tempo. E a história, onde fica? Sem dúvida a história preocupa-me, embora seja mais certo dizer que o que realmente me preocupa é o Passado, e sobretudo o destino da onda que se quebra na praia, a humanidade empurrada pelo tempo e que ao tempo sempre regressa, levando consigo, no refluxo, uma partitura, um quadro, um livro ou uma revolução. Por isso prefiro falar mais de vida do que de literatura, sem esquecer que a literatura está na vida e que sempre teremos perante nós a ambição de fazer da literatura vida.*

(SARAMAGO, José. **Da estátua à pedra**. Belém: ed. ufpa; Lisboa: Fundação José Saramago, 2013. p. 25-27)

1. O texto se apresenta como
  - (A) depoimento do escritor, de que se depreende que o ser humano constitui sua prioridade absoluta, como objeto da criação artístico-literária.
  - (B) relato em que o autor expõe as bases da criação artística em todas as suas manifestações, defendendo a importância da literatura como registro da história da humanidade.
  - (C) desabafo em que se dilui certo desencanto com as artes, em geral, por se mostrarem incapazes de reproduzir a totalidade da vida humana.
  - (D) exposição teórica de algumas formas de expressão artística, inclusive da criação literária, principalmente as que transmitem uma beleza incontestável.
  - (E) defesa do necessário respeito à natureza, por ser ela a imagem perfeita dos sentimentos e dos valores em toda a história da humanidade.
2. É correto afirmar, considerando-se o teor do texto, que
  - (A) a verdadeira arte, por exemplo, de uma pintura, deve despertar no observador sentimentos contraditórios, que vão da admiração à incompreensão.
  - (B) a vida humana, com suas variadas manifestações a todo tempo e em todos os lugares, constitui matéria fundamental para a criação literária.
  - (C) a literatura, que reproduz sentimentos humanos, não deve se sujeitar a eventuais definições, pois estas tendem a reduzir a originalidade que a valoriza.
  - (D) as diversas formas de manifestação artística, exceto a literatura, levam a situações que escapam a uma avaliação crítica mais objetiva.
  - (E) a obra de arte, para ser assim considerada, deve esgotar em si mesma todas as infinitas possibilidades de criação que constituem a natureza humana, ao longo da história.
3. No 1º parágrafo, o autor deixa claro que
  - (A) as verdadeiras obras de arte, principalmente as que compõem a literatura, somente serão assim consideradas, se conseguirem esgotar tudo aquilo que se possa dizer sobre a vida humana.
  - (B) sempre é possível aos artistas, em qualquer área de criação, expor novas ideias e sentimentos em suas obras, pois nenhuma delas deve ser vista como algo completo e definitivamente acabado.
  - (C) vem se decepcionando com a superficialidade de certas obras de arte, não só as que compõem a literatura, pois seus autores se mostram incapazes de revelar os verdadeiros sentimentos humanos.
  - (D) a criação artística, à semelhança dos sentimentos humanos, supera qualquer tentativa de análise, cabendo, no mais das vezes, uma atitude contemplativa diante de algo por si indescritível.
  - (E) é possível qualificar com precisão uma obra de arte considerando sua originalidade ou beleza, qualquer que seja a modalidade escolhida por seus autores para manifestar suas ideias.



4. *A verdade é que duvido mesmo que se possa falar de literatura como duvido, com mais razões, que se possa falar de pintura ou que se possa falar de música.*  
*É claro que se pode falar de tudo, como se fala dos sentimentos e emoções...*
- A insistência no emprego do verbo **falar**, nas afirmativas acima, demonstra
- (A) atribuição de diferentes sentidos a um único verbo, pois a linguagem de uma obra de arte deve sempre valer-se de imagens originais, que lhe dão valor.
- (B) alguma inconsistência nos argumentos de que se vale o autor, que se contradiz na referência às formas de expressão de emoções.
- (C) intencionalidade em acentuar as diferentes formas de expressão artística e de sentimentos humanos, nem sempre sujeitas a uma interpretação objetiva.
- (D) desconsideração a certas criações artísticas que tratam com superficialidade, por vezes, toda a amplitude das emoções na vida humana.
- (E) complementaridade entre uma atitude crítica e um posicionamento contemplativo perante uma obra de arte.
- 
5. *... a humanidade empurrada pelo tempo e que ao tempo sempre regressa, levando consigo, no refluxo, uma partitura, um quadro, um livro ou uma revolução.*
- A imagem criada pela afirmativa acima traduz, em síntese,
- (A) a incapacidade humana de superar os limites impostos pelo tempo, que dificulta a criação de obras de arte que possam ser valorizadas pelas gerações seguintes.
- (B) a visão de que o homem, que ocupa um breve instante na história, será sempre um criador, sujeito às influências de sua época.
- (C) toda a história da humanidade representada no vai-vém das ondas marítimas que, apesar de sua beleza, trazem também destruição e dor.
- (D) a impotência do ser humano, pequeno diante da força da natureza, em reproduzir com profundidade todas as características de seu tempo.
- (E) a noção de que o tempo deverá assinalar sempre o eterno retorno do ser humano ao início de sua história e de suas primeiras manifestações artísticas.
- 
6. *... sustentava como uma evidência palmária (por outro lado nada original) que somos herdeiros de um tempo...*
- O comentário isolado pelos parênteses deve ser entendido como
- (A) constatação de que a evidência sustentada era de conhecimento geral e amplamente aceita.
- (B) citação de interlocutor alheio ao contexto, para facilitar o entendimento da ideia exposta.
- (C) reconhecimento do escritor de que sua obra, ao reproduzir a vida, nada tem de particular e diferente.
- (D) observação crítica a respeito da presença do senso comum em algumas obras de arte atuais.
- (E) especificação de elementos que devem constituir a base da elaboração de uma obra de arte.
- 
7. Dentre as possíveis acepções da palavra **MAR**, encontradas em dicionários, a que corresponde fielmente à *metáfora marítima* criada por Saramago é:
- (A) conjunto que ondula, se agita, apresenta flutuações.
- (B) local próximo à praia, em que é pequena a profundidade das águas.
- (C) grande extensão, a perder de vista, ou grande quantidade de qualquer coisa.
- (D) o que absorve, especialmente pelo mistério, pela imensidade.
- (E) extensão de água salgada, de dimensões relativamente limitadas.
- 
8. Nos segmentos abaixo, a relação sintático-semântica estabelecida entre as orações está indicada corretamente em:
- (A) *Por isso prefiro falar mais de vida do que de literatura...* – identifica-se uma condição no exemplo transcrito.
- (B) *... não obstante, que antes de começar a escrever...* – o segmento se inicia por uma locução que introduz sentido explicativo.
- (C) *... para se tornar mais interessante, lança declarações inesperadas e gratuitas.* – a conjunção introduz noção de comparação entre duas situações distintas, com oposição de sentido.
- (D) *... como se a obra em si mesma já contivesse tudo quanto é possível dizer...* – o exemplo denota noção de tempo.
- (E) *... aqueles que escrevem, ou aqueles que leem, ou aqueles que sentem, ou aqueles que compõem música ou que pintam ou que esculpem...* – a conjunção que se repete une segmentos semelhantes que exprimem equivalência de conceitos.
- 
9. *... que somos nós a espuma que é transportada nessa onda, essa onda é impelida pelo mar que é o tempo, todo o tempo que ficou atrás, todo o tempo vivido que nos leva e nos empurra.*
- Uma redação alternativa para o segmento acima, respeitando-se o sentido original e mantendo-se a coesão e a clareza, está em:
- (A) essa onda, que transporta a espuma, que é todos nós, vai impelindo o tempo – que é o mar – esse que nos leva e empurra, assim como essa espuma.
- (B) como somos nós a espuma do tempo levado na onda do mar, a quem este tempo – que vem vivido de muito antes –, está levando e empurrando.
- (C) que a espuma que se transporta nessa onda, é ela impelida ao mar – ou seja – o tempo que ficou atrás sendo vivido, nos levando e empurrando.
- (D) o mar é o tempo, todo o tempo – atrás e vivido – o qual o mar vai impelindo, nos levando e empurrando, ainda, nessa onda que se transporta.
- (E) que nós somos a espuma transportada pela onda, impelida pelo mar – o tempo anterior, vivido em sua totalidade, a nos levar e empurrar.



<p>10. <b>Hora de ter saudade</b></p> <p><i>Houve aquele tempo...</i></p> <p><i>(E agora, que a chuva chora,</i></p> <p><i>Ouve aquele tempo!)</i></p> <p>(ALMEIDA, Guilherme de. <b>Poesia vária</b>. Cultrix: São Paulo, 3 ed., p.45)</p> <p>A afirmativa correta, considerando-se o poema acima, é:</p> <p>(A) A oposição entre <i>aquele tempo</i> e <i>agora</i> atesta a manutenção de um sentimento que supera todas as intempéries, sobrevivendo ao tempo que passa.</p> <p>(B) O título do poema traduz certa estranheza, como estímulo à leitura, ao sugerir a vivência contida em todo <i>aquele tempo</i> que passou naturalmente.</p> <p>(C) A repetição da expressão <i>aquele tempo</i> cria intencionalmente uma ambiguidade de sentidos dentro do poema, relacionando-a com a <i>hora</i> a que se faz referência no título.</p> <p>(D) A alternância no emprego dos verbos <i>haver</i>, no pretérito perfeito do indicativo, e <i>ouvir</i>, na forma de imperativo, confere sentido ao título do poema.</p> <p>(E) A saudade expressa na <i>chuva</i> que <i>chora</i> remete a um tempo passado, embora traga no seu bojo a esperança de retomada no presente, como a planta que reverdece.</p>	<p>13. O Regimento Interno do TRT da 15ª Região fixa a competência do Órgão Especial. Pode ser delegada ao Presidente ou a qualquer órgão do Tribunal, mediante resolução aprovada pela maioria de seus Desembargadores efetivos,</p> <p>(A) determinar às Varas de Trabalho a realização das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação.</p> <p>(B) processar e julgar Mandado de Segurança impetrado contra atos praticados pelos membros de Comissão de Concurso.</p> <p>(C) deliberar, referendar e determinar o processamento de exoneração e aposentadoria de Desembargador.</p> <p>(D) conceder licenças para frequência em cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos.</p> <p>(E) dar ciência à Corregedoria de atos considerados atentatórios à boa ordem processual.</p>
<p><b>Regimento Interno do TRT da 15ª Região</b></p> <p>11. Uma das competências do Corregedor é baixar provimentos sobre matéria de sua competência, ato que precisa ser referendado pelo Órgão Especial. Assim, baixado um provimento, este perderá sua validade e eficácia se não for referendado no prazo de</p> <p>(A) 180 dias.</p> <p>(B) 15 dias.</p> <p>(C) 30 dias.</p> <p>(D) 60 dias.</p> <p>(E) 90 dias.</p>	<p>14. O TRT da 15ª Região expediu precatório ordenando o pagamento em virtude de sentença com trânsito em julgado proferida contra a União. A competência para o exercício desse ato, delegada pelo Presidente do Tribunal, é do</p> <p>(A) Órgão Especial.</p> <p>(B) Vice-Presidente Judicial.</p> <p>(C) Vice-Presidente Administrativo.</p> <p>(D) Corregedor Regional.</p> <p>(E) Vice-Corregedor Regional.</p>
<p>12. O Órgão Especial é um dos órgãos do TRT da 15ª Região, nos termos do seu Regimento Interno, e é composto pelo Presidente do Tribunal, pelos 12 Desembargadores mais antigos e por mais 12 Desembargadores eleitos. O quorum exigido para sua deliberação, deduzidos os afastamentos legais e regimentais, é</p> <p>(A) 16 Desembargadores.</p> <p>(B) 12 Desembargadores.</p> <p>(C) 13 Desembargadores.</p> <p>(D) 14 Desembargadores.</p> <p>(E) 15 Desembargadores.</p>	<p>15. Um Desembargador do TRT da 15ª Região quer exercer um cargo de direção do Tribunal. Seu pleito terá sucesso se</p> <p>(A) presidir a comissão de licitação.</p> <p>(B) for eleito Presidente de Câmara.</p> <p>(C) for eleito Diretor da Escola Judicial.</p> <p>(D) compuser a Seção de Dissídios Coletivos.</p> <p>(E) for eleito Vice-Corregedor Regional.</p> <p><b>Matemática</b></p> <p>16. Antônio contraiu um empréstimo bancário para pagamento em 450 prestações mensais, sendo a primeira delas no mês de abril de 2013. Pagando em dia todas as prestações, a última delas ocorrerá no mês de</p> <p>(A) julho.</p> <p>(B) março.</p> <p>(C) janeiro.</p> <p>(D) setembro.</p> <p>(E) agosto.</p>



17. Uma livraria entrou em liquidação com o proprietário pedindo para que seus funcionários multiplicassem o preço de todos os livros por 0,75. Com isso, as vendas cresceram e o estoque de livros diminuiu muito, fazendo com que o proprietário da livraria determinasse que os funcionários multiplicassem os novos preços dos livros por 1,25. Comparando os preços dos livros antes da liquidação e depois da última modificação de preços na livraria, conclui-se que
- (A) houve redução de 4,75%.
- (B) houve redução de 6,25%.
- (C) houve aumento de 6,25%.
- (D) houve redução de 0,475%.
- (E) não houve aumento nem redução.
- 
18. Admitindo-se velocidades constantes, certo trajeto na cidade pode ser percorrido em 24 minutos de carro, em 10 minutos de moto, ou em 15 minutos de bicicleta. Álvaro fez a primeira metade do trajeto de bicicleta,  $\frac{3}{4}$  do trajeto remanescente de carro, e a parte final do trajeto de moto.
- Desprezando-se o tempo necessário para as trocas de veículos, o tempo total gasto por Álvaro no trajeto completo foi de
- (A) 19 minutos e 15 segundos.
- (B) 17 minutos e 15 segundos.
- (C) 17 minutos e 45 segundos.
- (D) 18 minutos e 30 segundos.
- (E) 18 minutos e 45 segundos.
- 
19. Cada um de 500 processos está numerado com um número natural de 1 até 500. Renato fez uma busca eletrônica no diretório do computador em que estão armazenados apenas esses processos colocando o algarismo 5 no buscador do número do processo. Ocorre que o buscador eletrônico listou todos os processos, dentre os 500, cujo número tivesse ao menos um algarismo 5. Sendo assim, o buscador listou um total de processos igual a
- (A) 85.
- (B) 65.
- (C) 64.
- (D) 47.
- (E) 96.
- 
20. Janete e Paula fizeram provas no valor de 10 pontos, sendo que cada questão, em suas respectivas provas, tinha o mesmo valor de pontuação. A prova de Janete tinha um total de 16 questões, e a de Paula de 12 questões. Janete e Paula acertaram, respectivamente,  $\frac{5}{8}$  e  $\frac{3}{4}$  das questões das suas provas, o que implicou que a maior das duas notas finais superou a menor delas em
- (A) 1,50 ponto.
- (B) 1,25 ponto.
- (C) 1,75 ponto.
- (D) 2,00 pontos.
- (E) 2,25 pontos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Administração Geral e Pública**

21. O conceito de departamentalização das organizações corresponde
- (A) a um conceito superado de divisão de atribuições dentro de uma organização, fortemente ligado ao modelo burocrático.
  - (B) ao grupamento de atividades logicamente em órgãos, bem como a divisão dos órgãos em unidades menores, segundo critérios que podem ser, entre outros, funcional ou por produto.
  - (C) à separação de funções em uma estrutura de plano de cargos e salários, segundo critérios que podem ser, entre outros, por clientela.
  - (D) à segregação de atividades em setores da organização, centrais ou periféricos, de acordo com a maior ou menor importância da atividade.
  - (E) à descentralização das atividades, com delegação de atribuições e maior autonomia aos colaboradores da organização.
22. Dentro de uma perspectiva histórico-evolutiva, é possível distinguir diferentes modelos de Administração pública, sendo que o modelo
- (A) patrimonialista é uma deturpação do modelo burocrático, decorrente do excesso de estruturas com a apropriação do poder pelos burocratas.
  - (B) patrimonialista é precursor do modelo gerencial e dele se diferencia pela valorização da burocracia.
  - (C) gerencial sucede o burocrático e, entre outras diferenças, pode-se destacar a alteração da forma de controle, que passa a ser finalístico.
  - (D) burocrático, diversamente do modelo gerencial, privilegia o clientelismo e não valoriza a meritocracia.
  - (E) gerencial sucede o burocrático e dele se diferencia por estabelecer uma nítida separação entre propriedade e gestão pública.
23. Por trás do aumento da importância da gestão do conhecimento, emerge um fato simples: uma quantidade enorme do conhecimento da organização não lhe pertence, mas sim, aos indivíduos que a compõem. Muitas vezes, quando alguém deixa a organização, sua experiência desaparece com ele (conforme GARVIN, David. Uma *nota sobre gestão do conhecimento*, Pesquisa nº 9-398-031, preparada para *Havard Business School* e publicada em 26 nov. 1997). No cerne da Gestão do Conhecimento estão quatro processos, podendo-se afirmar que o processo de
- (A) Organização, que envolve duas etapas: identificar o conteúdo desejado e fazer as pessoas contribuírem com ideias.
  - (B) Distribuição, denominado Páginas Amarelas da empresa, consiste na identificação dos conhecimentos disponíveis e de quem os possui.
  - (C) Geração envolve a inteligência do concorrente: planos, produção, fatia do mercado, preços e processos de venda.
  - (D) Desenvolvimento corresponde à seleção e ao refinamento do material para aumentar seu valor para os usuários.
  - (E) Consolidação, diz respeito às lições aprendidas: o *check-list* do que deu certo ou errado em projetos anteriores.
24. Motivação indica um estado psicológico caracterizado por um elevado grau de disposição ou vontade de realizar uma tarefa ou perseguir uma meta. Existem diversas teorias motivacionais, que podem ser divididas em duas linhas teóricas básicas:
- (A) Teorias unifatoriais e Teorias multifatoriais.
  - (B) Teorias de conteúdo e Teorias de processo.
  - (C) Teorias da expectativa e Teorias comportamentais.
  - (D) Teorias da motivação pelo êxito e Teorias da motivação pelo medo.
  - (E) Teorias de autoeficácia e Teorias de reforço.
25. Uma das conhecidas teorias sobre liderança, desenvolvida por Robert House, é a Teoria Caminho-meta ou Caminho-objetivo. A principal ideia dessa teoria é de que o líder será aceito pelos liderados quando estes o virem como fonte de satisfação, imediata ou futura. House destacou quatro comportamentos de liderança, entre os quais NÃO se inclui:
- (A) Líder carismático: comunica expectativas e expressa confiança nos liderados de que vão conseguir alcançá-las.
  - (B) Líder diretivo: deixa claro o que espera dos liderados, organiza e proporciona diretrizes claras e objetivas.
  - (C) Líder apoiador: é receptivo e sensível às necessidades dos liderados.
  - (D) Líder participativo: antes de tomar decisões, consulta os liderados.
  - (E) Líder orientado para a conquista ou líder voltado para a realização: estabelece desafios e espera que os liderados demonstrem desempenho máximo.
26. O PMI – *Project Management Institute* é uma associação sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo difundir a gestão de projetos em todo o mundo, com vistas a ampliar o conhecimento sobre o tema. Uma de suas principais publicações, o PMBOK, descreve nove áreas de conhecimento, entre as quais se inclui:
- (A) Gerenciamento de conteúdo: treinamento em gestão de projetos mediante programa específico.
  - (B) Gerenciamento do tempo: tem o objetivo de assegurar que o projeto seja conduzido dentro do prazo estabelecido.
  - (C) Pesquisa: direcionada a técnicas e práticas atuais e/ou necessidades futuras da gestão de projetos.
  - (D) Certificação: programa destinado a validar o conhecimento de profissionais sobre a gestão de projetos.
  - (E) Gerenciamento de padrões: compreende as metodologias e práticas desenvolvidas para a gestão/gerenciamento de projetos.

**Noções de Orçamento Público**

27. A Lei de Responsabilidade Fiscal tornou mais severas as regras para gastos com pessoal. Entretanto, na verificação do atendimento a esses limites, NÃO serão computadas as despesas relativas a
- (A) incentivos à demissão voluntária.
  - (B) pensionistas.
  - (C) mandatos eletivos.
  - (D) cargos militares.
  - (E) horas extras.
28. A Lei nº 4.320/64 estatuiu normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, o que incluiu o TRT da 15ª Região. A Classificação da receita e da despesa pública em “de capital” e “corrente” representa
- (A) subfunções econômicas.
  - (B) elementos econômicos.
  - (C) categorias econômicas.
  - (D) subelementos econômicos.
  - (E) funções econômicas.
29. O TRT da 15ª Região decidiu adquirir 300 computadores para agilizar o funcionamento dos Gabinetes dos Desembargadores. Todavia, há previsão orçamentária apenas para a aquisição de 100 unidades. As outras 200 poderão ser adquiridas desde que seja
- (A) recebida subvenção econômica.
  - (B) realizada a compra por meio de adiantamento de numerário.
  - (C) aberto crédito adicional suplementar.
  - (D) aberto crédito adicional especial.
  - (E) aberto crédito adicional extraordinário.
30. O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado, o que inclui o TRT da 15ª Região, obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. É regra atinente a esse ato:
- (A) é vedado o empenhamento por estimativa.
  - (B) o excesso aos limites dos créditos concedidos deve estar autorizado na Lei Orçamentária Anual.
  - (C) o regime de adiantamento é exceção à necessidade do prévio empenho.
  - (D) em casos especiais previstos em lei específica será dispensada a emissão da nota de empenho.
  - (E) é vedado o empenhamento global de despesa.
31. A Lei de Responsabilidade Fiscal fixou limites percentuais de gastos com pessoal, calculados sobre a receita corrente líquida do respectivo ente da federação. No caso do Judiciário Federal, que abrange o TRT da 15ª Região, esse limite corresponde a
- (A) 12%.
  - (B) 6%.
  - (C) 3%.
  - (D) 2%.
  - (E) 1%.

**Noções de Direito Constitucional**

32. Lei federal que dispusesse sobre serviço postal, prevendo que sua manutenção competiria à União, mas autorizasse os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria,
- I. versaria sobre matéria de competência legislativa privativa da União.
  - II. seria compatível com a Constituição da República, no que se refere à manutenção do serviço postal.
  - III. somente poderia autorizar os Estados a legislar sobre a matéria, nesses termos, se fosse lei complementar.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
  - (B) I, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) II e III, apenas.
33. Suponha que lei federal criasse Varas do Trabalho em determinada Região da Justiça do Trabalho, prevendo que sua implantação seria gradativa, em conformidade com as necessidades de serviço e disponibilidade orçamentária, competindo aos Juízes de Direito exercer a competência trabalhista nas respectivas áreas de jurisdição, com recurso para o Tribunal Regional do Trabalho, enquanto não fossem efetivamente instaladas as Varas criadas pela lei. Neste caso, considerada a disciplina constitucional da matéria, a lei federal em questão
- (A) não poderia criar Varas do Trabalho, nem atribuir competência aos Juízes de Direito para exercício de jurisdição trabalhista, ambas matérias de competência privativa do Tribunal Regional respectivo.
  - (B) não poderia criar Varas do Trabalho, por se tratar de competência privativa do Tribunal Regional respectivo, embora pudesse atribuir competência aos juízes de Direito para exercício de jurisdição trabalhista, nesses termos.
  - (C) não poderia criar Varas do Trabalho, cuja implantação dependesse de verificação de necessidade de serviço e disponibilidade orçamentária, hipótese em que competiria ao Tribunal Regional do Trabalho constituir Câmaras Regionais para funcionamento descentralizado.
  - (D) poderia criar Varas do Trabalho, mas não atribuir competência aos Juízes de Direito para exercício de jurisdição trabalhista.
  - (E) poderia criar Varas do Trabalho, bem como atribuir competência aos Juízes de Direito para exercício de jurisdição trabalhista, nesses termos.



<p>34. Servidor público estadual eleito para exercer mandato de Vereador e neste investido</p> <p>(A) será exonerado de seu cargo, emprego ou função, somente podendo retornar para os quadros da Administração por meio de novo concurso público.</p> <p>(B) ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, não lhe sendo facultado optar pela sua remuneração.</p> <p>(C) será obrigatoriamente afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.</p> <p>(D) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.</p> <p>(E) terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, na hipótese de ser exigido afastamento para exercício do mandato eletivo.</p>	<p>37. Conforme notícia veiculada no sítio da Câmara dos Deputados na <i>internet</i>, no dia 5/11/2013, o Grupo de Trabalho criado naquela Casa legislativa para analisar temas de reforma política encerrou suas atividades e propôs diversas medidas, como a instituição do voto facultativo, o fim da reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, e alterações na forma de eleição para Deputados Federais. As decisões do grupo foram consolidadas em uma minuta de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), assinada pelos integrantes do Grupo de Trabalho, que se responsabilizarão pela coleta das demais assinaturas necessárias para a apresentação da PEC.</p> <p>Diante da disciplina constitucional da matéria, a referida PEC</p> <p>(A) dependerá da assinatura de, pelo menos, um terço dos membros da Câmara dos Deputados, para iniciar sua tramitação.</p> <p>(B) deverá ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, o voto da maioria absoluta dos respectivos membros.</p> <p>(C) não poderá ser objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional, por pretender acabar com a obrigatoriedade do voto, o que é expressamente vedado pela Constituição.</p> <p>(D) não poderá ser objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional, por pretender acabar com a reeleição para a chefia do Poder Executivo, o que é expressamente vedado pela Constituição.</p> <p>(E) não poderá ser objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional, por pretender alterar a forma de eleição para Deputados Federais, o que é expressamente vedado pela Constituição.</p>
<p>35. Os atos constitutivos de uma associação para defesa dos usuários de serviços públicos contêm as seguintes cláusulas:</p> <p>I. em virtude de seu objeto, o início das atividades da associação dependerá de prévia autorização estatal;</p> <p>II. as atividades da associação somente poderão ser suspensas ou encerradas por vontade dos próprios associados ou por decisão judicial transitada em julgado;</p> <p>III. a associação, quando expressamente autorizada, terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;</p> <p>IV. nenhum membro da associação, em hipótese alguma, será obrigado a manter-se associado contra sua vontade.</p> <p>São compatíveis com a disciplina constitucional da matéria as cláusulas relativas a</p> <p>(A) suspensão e encerramento das atividades da associação, bem como não obrigatoriedade de manter-se associado.</p> <p>(B) autorização para funcionamento, suspensão e encerramento das atividades da associação.</p> <p>(C) representação judicial e extrajudicial dos filiados e não obrigatoriedade de manter-se associado.</p> <p>(D) representação judicial e extrajudicial dos filiados, bem como suspensão e encerramento das atividades da associação.</p> <p>(E) não obrigatoriedade de manter-se associado e autorização para funcionamento da associação.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Administrativo</b></p> <p>38. Os princípios que regem a Administração pública podem ser expressos ou implícitos. A propósito deles é possível afirmar que</p> <p>(A) moralidade, legalidade, publicidade e impessoalidade são princípios expressos, assim como a eficiência, hierarquicamente superior aos demais.</p> <p>(B) supremacia do interesse público não consta como princípio expresso, mas informa a atuação da Administração pública assim como os demais princípios, tais como eficiência, legalidade e moralidade.</p> <p>(C) os princípios da moralidade, legalidade, supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público são expressos e, como tal, hierarquicamente superiores aos implícitos.</p> <p>(D) eficiência, moralidade, legalidade, impessoalidade e indisponibilidade do interesse público são princípios expressos e, como tal, hierarquicamente superiores aos implícitos.</p> <p>(E) impessoalidade, eficiência, indisponibilidade do interesse público e supremacia do interesse público são princípios implícitos, mas de igual hierarquia aos princípios expressos.</p>
<p>36. Filho de franceses, nascido na República Federativa do Brasil e com residência no país, poderá, hipotética e futuramente, exercer</p> <p>(A) quaisquer cargos e funções públicas, exceto os de carreira diplomática, desde que, no momento de seu nascimento, seus pais no Brasil estivessem a serviço de seu país.</p> <p>(B) qualquer cargo da República, inclusive o de Presidente, desde que, no momento de seu nascimento, seus pais não estivessem no Brasil a serviço de seu país.</p> <p>(C) qualquer cargo da República, inclusive o de Presidente, desde que, no momento de seu nascimento, seus pais no Brasil estivessem a serviço de seu país.</p> <p>(D) quaisquer cargos e funções públicas, desde que não sejam reservados a brasileiros natos, estivessem ou não seus pais no Brasil a serviço de seu país, no momento de seu nascimento.</p> <p>(E) quaisquer cargos e funções públicas, exceto os de carreira diplomática, desde que, no momento de seu nascimento, seus pais não estivessem no Brasil a serviço de seu país.</p>	





39. A obrigatoriedade de licitação norteia as relações da Administração pública, devendo ser promovida para garantir a igualdade de competição entre os vários interessados no objeto que pretende a Administração pública contratar. Essa obrigação legal
- (A) é mitigada sempre que a Administração pública demonstrar que a compra direta permite a obtenção de melhores condições e preços.
  - (B) impede que sejam promovidas aquisições e alienações diretas entre entes públicos integrantes da mesma esfera jurídica, devendo concorrer em igualdade de condições com os demais interessados.
  - (C) permite que o poder público sempre contrate a aquisição de bens e serviços pelo critério do menor preço, não podendo admitir outro critério de análise de qual seria a proposta ganhadora.
  - (D) pode ser excepcionada nos casos exemplificativos de dispensa de licitação, em que não existe viabilidade de competição.
  - (E) fica excepcionada em todas as situações em que ficar comprovada a inviabilidade de competição, ainda que não constem de texto expresso de lei.
40. Caracteriza-se o poder de polícia administrativa, de forma não exaustiva, pela prática de atos
- (A) concretos e específicos, que envolvem fiscalização e repressão, tal como a apreensão de mercadorias farmacêuticas armazenadas irregularmente.
  - (B) impositivos de obrigações de não fazer, jamais impondo obrigações positivas.
  - (C) preventivos, no sentido de conformar a conduta dos administrados à lei, ficando os atos repressivos na esfera da polícia judiciária.
  - (D) normativos gerais inovados, cuja finalidade é sempre estabelecer as condutas esperadas dos administrados e aquelas passíveis de reprimenda.
  - (E) repressivos, mediante provocação de administrados diante de danos verificados, não havendo espaço para a prática de atos de fiscalização preventiva.
41. A possibilidade de autoridade superior de órgão da Administração direta revogar ou anular atos praticados por seus subordinados, nos termos da lei, é exteriorização do poder
- (A) de Tutela.
  - (B) Hierárquico.
  - (C) Disciplinar.
  - (D) Regulamentar.
  - (E) Normativo.
42. Mario Alberto é empregado de uma empresa pública, cujo capital e controle pertencem integralmente a ente público federal. No regular exercício de suas funções, promoveu, em nome de sua empregadora e sem realização de licitação, a contratação de empresa para prestação de serviços de informática nas diversas dependências da sede. Agradecidos, os diretores dessa empresa gratificaram Mario Alberto em espécie. A conduta de Mario Alberto
- (A) pode ser enquadrada como ato de improbidade residual, caso não se tipifique nenhuma outra infração funcional, tendo em vista que não ficou comprovado prejuízo à empresa e dolo por parte de Mario Alberto.
  - (B) não pode ser enquadrada como ato de improbidade, uma vez que a gratificação foi dada após a contratação.
  - (C) não pode ser enquadrada como ato de improbidade, tendo em vista que Mario Alberto é empregado celetista, condição que não se enquadra no conceito de funcionário para os fins da lei de improbidade.
  - (D) pode ser considerada ato de improbidade, uma vez que os empregados públicos se enquadram no conceito de agente público da lei de improbidade.
  - (E) pode ser considerada ato de improbidade desde que tenha havido dolo por parte de Mario Alberto e que este seja empregado público efetivo, contratado por meio de concurso público.
43. João Carlos era funcionário público titular de cargo efetivo. Em determinada ocasião imputaram-lhe a prática de infração de natureza grave, que após regular processo administrativo, acabou ensejando sua demissão. Posteriormente João Carlos conseguiu reunir provas para demonstrar que as acusações eram falsas. Pretende assim, ingressar em juízo, munido dessas provas para pleitear, com fundamento na Lei nº 8.112/90, sua
- (A) reversão ao cargo, com efeitos retroativos quanto ao recebimento de vantagens e proventos.
  - (B) recondução ao cargo anteriormente ocupado, com direitos e vantagens atrasados.
  - (C) reintegração ao cargo, cumulado com pedido de recebimento dos vencimentos e vantagens do período.
  - (D) recondução ao cargo, vedado qualquer efeito retroativo à decisão.
  - (E) reintegração ao cargo, vedado o recebimento de acréscimos e vantagens.
44. Instaurado procedimento de licitação, na modalidade concorrência, para contratação de determinada obra pública, verificou-se que não fora respeitado o prazo legal mínimo para apresentação de propostas. O procedimento estava na fase de julgamento. Diante das alternativas legalmente cabíveis o administrador
- (A) deverá abrir novos prazos para apresentação de propostas por outros interessados, considerando apresentadas as propostas já entregues pelos licitantes, que ficarão aguardando o processamento da nova fase em paralelo.
  - (B) deverá revogar o procedimento de licitação, por vício de legalidade, reabrindo os prazos para apresentação de propostas.
  - (C) deverá anular o procedimento, aproveitando eventuais atos legalmente possíveis, determinando nova publicação do edital, para concessão de novo prazo de apresentação de propostas.
  - (D) poderá revogar o certame, caso fique evidenciado ter havido prejuízo ao erário público e restrição ao direito dos competidores.
  - (E) poderá anular o certame, caso algum dos concorrentes demonstre ter havido restrição à competição.

**Noções de Direito do Trabalho**

45. Gilda, empregada da empresa "XZX Ltda.", está passando por problemas em sua vida pessoal em razão de grave crise em seu matrimônio, envolvendo infidelidade conjugal de seu marido Pedro. Assim, durante o seu período aquisitivo de férias, Gilda, sem justo motivo, faltou ao serviço trinta dias. Já, Pedro, empregado da empresa "HGF Ltda.", em razão deste problema pessoal, durante o seu período aquisitivo de férias, faltou, sem justo motivo, ao serviço vinte dias. Neste caso, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, Gilda

- (A) terá direito de gozar oito dias corridos de férias e Pedro terá direito de gozar doze dias corridos de férias.
- (B) e Pedro não terão direito de gozar férias em razão do excesso de faltas de ambos ter atingido o limite máximo legal permitido.
- (C) não terá direito de gozar férias em razão do excesso de faltas ter atingido o limite máximo legal permitido e Pedro terá direito de gozar doze dias corridos de férias.
- (D) terá direito de gozar doze dias corridos de férias e Pedro terá direito de gozar dezoito dias corridos de férias.
- (E) terá direito de gozar dezoito dias corridos de férias e Pedro terá direito de gozar vinte e quatro dias corridos de férias.

46. No tocante às fontes do Direito, considere:

- I. Fontes formais são as formas de exteriorização do direito, como por exemplo, as leis e costumes.
- II. A sentença normativa é uma fonte heterônoma do Direito do Trabalho, assim como regulamento unilateral de empresa.
- III. A Convenção Coletiva de Trabalho, quanto à origem, classifica-se como uma fonte estatal.
- IV. A Convenção Coletiva de Trabalho, quanto à vontade das partes, classifica-se como imperativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

47. Jussara, solteira, sem filhos, foi contratada pela empresa "NUN Ltda." para exercer as funções de secretária. Foi celebrado contrato de experiência pelo prazo de trinta dias e posteriormente prorrogado por mais sessenta dias. Ao término do prazo da referida prorrogação o contrato de experiência encerrou-se, uma vez que a empresa não possuía mais interesse nos serviços prestados por Jussara. Neste caso,

- (A) Jussara terá direito a receber apenas o saldo de salário.
- (B) Jussara terá direito a receber décimo terceiro salário proporcional, férias proporcionais e saldo de salário.
- (C) o contrato de experiência de Jussara já havia se prorrogado automaticamente pelo prazo indeterminado quando da prorrogação pelo prazo de sessenta dias, fazendo jus à empregada as verbas rescisórias normais de uma rescisão contratual sem justa causa.
- (D) o contrato de experiência de Jussara é nulo em razão da prorrogação pelo prazo de sessenta dias, fazendo jus a empregada as verbas rescisórias normais de uma rescisão contratual sem justa causa.
- (E) Jussara terá direito a receber apenas o saldo de salário e décimo terceiro salário proporcional.

48. Katia e Bruna possuem um relacionamento amoroso através de união estável homoafetiva regularmente reconhecida. Através do Poder Judiciário, o casal adotou conjuntamente, Cristiano, com três anos de idade. Neste caso, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante à licença-maternidade

- (A) ambas terão direito à licença-maternidade que será de 60 dias em razão da idade de Cristiano.
- (B) ambas terão direito à licença-maternidade que será de 120 dias.
- (C) apenas uma das adotantes terá direito à licença-maternidade que será de 120 dias.
- (D) nenhuma das mulheres terá direito à licença-maternidade, uma vez que foi revogado o dispositivo legal que concedia a referida licença em caso de adoção.
- (E) apenas uma das adotantes terá direito à licença-maternidade que será de 60 dias em razão da idade de Cristiano.

49. Fabiana, empregada da empresa "KLJ Ltda.", sofreu acidente doméstico queimando-se na cozinha, e em razão das queimaduras, terá que se ausentar do serviço por treze dias. Enquanto Fabiana enfrentava uma situação difícil, seu irmão, Caio, empregado da empresa "DGR Ltda." presenciava o nascimento do seu filho e está gozando de licença-paternidade. Doralice, amiga dos irmãos, e também empregada da empresa "KLJ Ltda.", está de férias e em razão de suas férias visitará os irmãos para prestar seu apoio. Nestes casos, a ausência de Fabiana, a licença-paternidade de Caio e as férias de Doralice configuram

- (A) suspensão, interrupção e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.
- (B) interrupção do contrato de trabalho.
- (C) suspensão do contrato de trabalho.
- (D) suspensão, interrupção e interrupção do contrato de trabalho, respectivamente.
- (E) interrupção, suspensão e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.

50. Emílio é empregado da empresa "BFG Ltda", atuante no ramo de logística, reconhecida no mercado pela eficiência de seu trabalho por 24 horas ininterruptas. Emílio exerce a função de estoquista e trabalha 4 horas diárias. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Emílio

- (A) só terá direito ao intervalo intrajornada se exercer suas funções em horário noturno.
- (B) terá direito a 30 minutos de intervalo intrajornada.
- (C) terá direito a 15 minutos de intervalo intrajornada.
- (D) não terá direito ao intervalo intrajornada.
- (E) terá direito a uma hora de intervalo intrajornada, ou seja, o intervalo mínimo legal.



51. Considere as seguintes assertivas a respeito das Convenções Coletivas de Trabalho e sobre os Acordos Coletivos de Trabalho:

- I. A Convenção Coletiva de Trabalho é um negócio jurídico de caráter normativo.
- II. O Acordo Coletivo de Trabalho é celebrado entre Sindicatos de categorias profissionais e uma ou mais empresas da correspondente categoria para estipular condições de trabalho aplicáveis no âmbito da empresa ou empresas acordantes.
- III. As Convenções Coletivas de Trabalho podem ser estipuladas com o prazo máximo de duração de um ano.
- IV. É vedada a prorrogação total ou parcial de Convenção Coletiva de Trabalho, em razão da necessidade de atenção ao quórum de votação mínimo deste instrumento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e III.

52. Solange, empregada da empresa "WSA Ltda.", trouxe seu animal de estimação, uma pequena iguana, no ambiente de trabalho contrariando o regulamento interno da empresa que proíbe expressamente a entrada de animais no interior do estabelecimento empregador. Devidamente advertida, Solange, trouxe novamente sua pequena iguana para o seu ambiente de trabalho. Diante da reincidência, Solange foi dispensada por justa causa tendo em vista a prática de ato de

- (A) indisciplina.
- (B) desídia.
- (C) insubordinação restrita.
- (D) incontinência de conduta.
- (E) improbidade.

#### Noções de Direito Processual do Trabalho

53. Considere:

- I. Prefeitura do Município de Campinas.
- II. Autarquia Municipal "ABC".
- III. Fundação Pública "DEF".
- IV. Confederação Sindical "GHI".
- V. Sindicato "JKL".

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em reclamação sujeita ao procedimento sumaríssimo

- (A) podem ser parte apenas as indicadas em IV e V.
- (B) podem ser parte apenas as entidades II, III, IV e V.
- (C) podem ser parte apenas as entidades II, III e V.
- (D) todas as entidades podem ser parte.
- (E) nenhuma das entidades podem ser parte.

54. Na reclamação trabalhista "A", a empresa reclamada interpôs Recurso Ordinário. Na reclamação trabalhista "B", a reclamante interpôs Recurso de Revista. Na reclamação trabalhista "C", a reclamante interpôs Embargos no Tribunal Superior do Trabalho e na reclamação trabalhista "D", a empresa reclamada interpôs Agravo de Petição. De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, caberá Recurso Adesivo, no prazo de oito dias, nas reclamações trabalhistas

- (A) D e C, apenas.
- (B) B e C, apenas.
- (C) A, B, C, apenas.
- (D) A e B, apenas.
- (E) A, B, C, D.

55. Considere as seguintes assertivas a respeito do Processo Judicial Eletrônico, de acordo com a Lei nº 11.419/06:

- I. Para o disposto na referida Lei, considera-se meio eletrônico toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.
- II. Para o disposto na referida Lei, considera-se transmissão eletrônica qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais.
- III. Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até às vinte e quatro horas do seu último dia.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

56. Considere:

- I. Indisponibilidade do sistema de tramitação eletrônica superior a 60 minutos, ininterruptos ou não, ocorrida entre 06h00 e 23h00.
- II. Indisponibilidade do sistema de tramitação eletrônica entre 23h01 e 24h00.
- III. Indisponibilidade do sistema de tramitação eletrônica superior a 60 minutos, ininterruptos ou não, ocorrida entre 00h00 e 06h00.
- IV. Indisponibilidade do sistema de tramitação eletrônica superior a 30 minutos ininterruptos ocorrida entre 06h00 e 24h00.

De acordo com a Resolução nº 94, de 23/03/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os prazos que se vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade do sistema de tramitação eletrônica, serão automaticamente prorrogados para o dia útil seguinte à retomada de funcionamento, nas hipóteses indicadas em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.



57. Em determinado leilão judicial Laura arrematou uma casa no valor de R\$ 500.000,00. Neste caso, o valor que Laura deve depositar a título de sinal para garantia do lance e o prazo para completar o preço total da arrematação são, respectivamente:
- (A) R\$ 200.000,00 e 48 horas.
  - (B) R\$ 100.000,00 e 48 horas.
  - (C) R\$ 200.000,00 e 15 dias.
  - (D) R\$ 50.000,00 e 10 dias.
  - (E) R\$ 100.000,00 e 24 horas.

58. Marcia ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa "BFT Ltda.". Após regular instrução processual, o processo encontra-se concluso para prolação de sentença há mais de nove meses, tendo o Magistrado modificado três vezes a data da audiência de julgamento do referido processo. Neste caso, Márcia
- (A) deverá impetrar mandado de segurança em razão da violação do direito líquido e certo resultante do desrespeito ao devido processo legal.
  - (B) deverá interpor agravo de instrumento no prazo de dez dias da ciência da última modificação da data da audiência de julgamento.
  - (C) poderá ajuizar reclamação correccional no prazo de oito dias da ciência da última modificação da data da audiência de julgamento.
  - (D) poderá ajuizar reclamação correccional no prazo de cinco dias da ciência da última modificação da data da audiência de julgamento.
  - (E) não possui medida legal cabível tendo em vista que o magistrado possui o dever de impulsionar o processo, diligenciando da melhor maneira que entender.

59. Em sede de Ação Rescisória, no tocante ao prazo decadencial, considere:
- I. O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
  - II. A exceção de incompetência, ainda que oposta no prazo recursal, sem ter sido aviado o recurso próprio, não tem o condão de afastar a consumação da coisa julgada e, assim, postergar o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória.
  - III. Em regra, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível não protraí o termo inicial do prazo decadencial.
  - IV. O juízo rescindente está absolutamente adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, não podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do *dies a quo* do prazo decadencial.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
  - (B) III e IV.
  - (C) I e II.
  - (D) I, II e III.
  - (E) I, III e IV.
60. O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do Recurso de Revista entendê-lo cabível apenas quanto a parte das matérias veiculadas
- (A) não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo imprópria a interposição de agravo de instrumento.
  - (B) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, tratando-se de decisão irrecorrível por expressa disposição legal.
  - (C) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo cabível agravo de instrumento no prazo de oito dias.
  - (D) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo cabível agravo regimental no prazo de oito dias.
  - (E) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo cabível agravo regimental no prazo de dez dias.

**PROVA DE REDAÇÃO****Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, ou apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova de Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

**Texto I**

*“Rindo corrigem-se os costumes” – este era o lema em que se pautava, na antiguidade clássica, grande parte das sátiras.*

**Texto II**

*O maior inimigo do riso é a emoção. A indiferença é seu ambiente natural. Isso não significa negar, por exemplo, que não se possa rir de alguém que nos inspire piedade, ou mesmo afeição: apenas, no caso, será preciso esquecer por alguns instantes essa afeição, ou emudecer essa piedade.*

(Henri Bergson. **O Riso**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 6)

Com base nos textos acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

**O exercício do humor nas relações sociais**

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30